

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 016/2016/SEMA/MT	
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/COOP	
CONVÊNIO: FORMAÇÃO DE AGENTES POPULARES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AGRICULTURA FAMILIAR E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS COMUNITÁRIO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL/NÚMERO DO CONVÊNIO: MMA/FNMA 006/2014/ CONVÊNIO NO SICONV - 801789/2014; Processo nº 02000.00656/2014-61	
PROCESSO Nº 298824/2016/SEMA	
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2016/SEMA	
TIPO MENOR PREÇO GLOBAL	
DATA: 20/06/2016 – HORÁRIO 14h00min	
LOCAL: Será pelo Sistema SIAG, para ter acesso ao sistema eletrônico SIAG, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao site www.gestao.mt.gov.br , após clicar no link "Superintendência de Aquisições Governamentais", clicar "Fornecedores Acesse ao Sistema", clicar na aba "Fornecedor" após clicar no link "cadastro".	
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES (MICROFONE, CAIXA DE SOM, CÂMERA DIGITAL) PARA SUBSIDIAR A EXECUÇÃO DE PROJETO DE FORMAÇÃO DE 180 AGENTES POPULARES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AGRICULTURA FAMILIAR, devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no Anexo I – Formulário Padrão de Proposta, que faz parte integrante deste Edital.	
UNIDADE DEMANDANTE: COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
ÍNDICE	
1. PREÂMBULO	2
2. DO OBJETO	2
3. DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL	2
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	3
5. DO CREDENCIAMENTO	5
6. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS	6
7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	9
8. DA HABILITAÇÃO	11
9. DOS RECURSOS	16
10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	17
11. DA ORDEM DE FORNECIMENTO	17
12. DO PAGAMENTO	20
13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	21
14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	23
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23
ANEXO I	26
ANEXO II	28
ANEXO III	29
ANEXO IV	30
ANEXO V	31
ANEXO VI	43

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 016/2016/SEMA/MT

PROCESSO N.º 298824/2016

1. PREÂMBULO

O ESTADO DE MATO GROSSO, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA, criada pela Lei Complementar n.º 214, de 23 de junho de 2005, alterada pela Lei Complementar n.º 566, de 20 de maio de 2015, neste ato representado por sua PREGOEIRA, nomeada pelo Ato n.º 18.870/2014, de 26/02/2014, publicada no D.O.E. em 26/02/2014, bem como designada pela Portaria n.º 332/2015/ SEMA, publicada no D.O.E. do dia 16 de julho de 2015, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com as Leis Federais n.º 10.520/02 e n.º 8.666/93, c/c a Lei Estadual n.º 7.696/02 e com os Decretos Estaduais n.º 7.217/06 e n.º 7.218/06.

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA por meio de utilização de recursos de tecnologia de informação torna público para conhecimento dos interessados que o recebimento das propostas será a partir do dia 06 de de 2016 até às 13h30 min. de 20 de junho de 2016. A abertura das propostas será realizada às 14:00hs do dia 20 de junho de 2016 tendo como referência o horário de Cuiabá. A licitação será regida pelas Leis n.º 10.520/2002, 8.666/93, 123/2006 e pelos Decretos 7.217/06 e suas alterações, 635/2007, 8.199/2006, 7.218/2006 e legislação pertinente.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, denominada Pregoeira mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo licitações da SEGES, constante da página eletrônica do Sistema de Aquisições Governamentais da SEGES – www.gestao.mt.gov.br/portaldeaquisicoes.

2. DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES (MICROFONE, CAIXA DE SOM, CÂMERA DIGITAL) PARA SUBSIDIAR A EXECUÇÃO DE PROJETO DE FORMAÇÃO DE 180 AGENTES POPULARES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AGRICULTURA FAMILIAR, devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no Anexo I – Formulário Padrão de Proposta, que faz parte integrante deste Edital.

3. DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

3.1 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital ou impugnação deverá ser encaminhado por escrito, mediante endereço eletrônico (licitacao1@sema.mt.gov.br), por fax (0xx65) 3613-7309, ou ainda protocolado na Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

3.1.1 As petições devem ser redigidas de maneira clara, objetiva e devidamente instruídas (**assinatura, endereço, razão social, nº do processo, nº do pregão e telefone para contato**).

3.2 Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a realização do pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entendam viciarem o mesmo, cabendo ao Pregoeiro decidir até o dia anterior à data de abertura da sessão de licitação, nos termos do art. 32, §1º do Decreto Estadual 7.217/2006.

3.3 Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, devendo-se cumprir o devido prazo legal.

3.4 Na ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

3.5 Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 6 (seis) meses à 2 (dois) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei 8.666/93

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 A presente Licitação, em observância ao disposto na Lei Complementar nº 147/2014, destina-se **exclusivamente** à participação de MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, qualificadas como tais nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06, em cumprimento ao disposto no art. 48, I, da Lei Complementar nº 123 de 2006 e SOCIEDADES COOPERATIVAS enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007.

4.2 A participação das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas obedecerá às normas dispostas nos arts. 42, 43 caput, 44, §2º e 45, § 3º da Lei Complementar 123/06, art. 3º, §1º ao §3º do Decreto Estadual 7.466/2011 e art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/06.

4.3 A participação das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas obedecerá às normas dispostas nos arts. 42, 43 *caput*, 44, §2º e 45, § 3º da Lei Complementar 123/06, art. 3º, §1º ao §3º do Decreto Estadual 7.466/2011 e art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/06, e que cumpram as exigências do Edital e seus Anexos, no ato da abertura da sessão.

4.4 A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.

4.5 **Não será admitida** nesta licitação a participação de empresas:

4.5.1 Que, embora qualificadas como microempresas ou empresas de pequena porte, ou cooperativas enquadradas no artigo da Lei nº 11.488/2007, incidam em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º da lei Complementar nº 123/2006;

4.5.2 Em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação.

4.5.3 Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas: Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou punida com suspensão, desde que a punição alcance esta Administração. Em ambos os casos, o ato deverá ter sido publicado na Imprensa Oficial ou registrada no Cadastro Estadual de Empresas Inidôneas ou Suspensas - CEIS/MT, conforme Lei Estadual nº 9312/2010.

4.5.4 Que estejam **reunidas em consórcio** e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

4.5.5 Estrangeiras que não tenham sede no País.

4.5.6 Que mantenham em seu quadro de empregados, servidor público de qualquer órgão ou entidade vinculada a essa Secretaria, bem como à empresa da qual o servidor seja gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico.

4.6 A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital.

4.7 Sob pena de **inabilitação** ou **desclassificação**, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ/CPF constante na proposta de preços, salvo os permitidos por lei, e no item 8.4 do edital.

4.8 O credenciado pela empresa deverá dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, no site: www.gestao.mt.gov.br.

4.9 Para ter acesso ao sistema eletrônico SIAG, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao site www.gestao.mt.gov.br, após clicar no link "Superintendência de Aquisições Governamentais", clicar "Fornecedores Acesse ao Sistema", clicar na aba "Fornecedor" após clicar no link "cadastro". **Em caso de dúvidas ligar para o "Help Desk" – Fone: (65) 3613-3606.**

4.10 A participação de empresas licitantes em pregões eletrônicos estará vinculada à análise e aprovação do cadastro, tendo como requisito a validade de todas as certidões exigidas para o cadastramento.

4.11 A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, administrados pela Superintendência de Aquisições Governamentais, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, do responsável legal da empresa ou por iniciativa do Cadastro Geral de Fornecedores/MT, devidamente justificado e nas hipóteses previstas no **Decreto n. 7.218/2006**.

4.12 Os ofícios de encaminhamento da solicitação de cadastro, além da relação de documentos necessários (contrato social, certidões) à efetivação do cadastro, estão disponibilizados no site da SEGES, no menu **Fornecedores, "como se cadastrar"**.

4.13 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da presente licitação, servidor de qualquer órgão ou entidade vinculado ao órgão promotor da licitação, bem como a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

4.14 A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico no site www.gestao.mt.gov.br, no link "Portal de Aquisições no menu Fornecedores – "Área do Licitante", mediante digitação de login e senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente inclusão de sua proposta de preços e demais documentos solicitados na proposta de preços e na habilitação, **até 30 (trinta) minutos** antes do horário estabelecido para o início da sessão. Em caso de dúvidas acesse o site www.gestao.mt.gov.br e no menu "Aquisições" clique em download de manuais – acessar manual Pregão Eletrônico.

4.15 No caso de desconexão do pregoeiro com o sistema, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos seus lances. Retornando a conexão do pregoeiro ao sistema, todos os atos praticados pelos licitantes junto ao sistema, serão considerados válidos.

4.16 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1 As pessoas jurídicas ou empresas individuais interessadas em participar do certame, deverão preencher eletronicamente o "Termo de Credenciamento" informando o nome do credenciado, atribuindo-lhe poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema eletrônico.

5.2 Para participar do Sistema do Pregão Eletrônico a interessada deverá encaminhar ofício (modelo no site no link "Portal de Aquisições – menu Fornecedor – como se cadastrar), dirigido ao Cadastro Geral de Fornecedores/MT, a ser protocolado na Superintendência de Aquisições Governamentais ou via correio, devidamente assinado pelo responsável legal da empresa, informando os dados da empresa, no qual estejam

expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.3 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu credenciado, não cabendo a SEGES a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4 A solicitação de credenciamento de responsável para representar os interesses da empresa licitante junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.5 É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo, nos casos de representação para itens distintos.

5.6 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

5.7 Dúvidas e informações pertinentes ao cadastramento poderão ser esclarecidas pelo telefone (65) 3613-3606.

5.8 A empresa deverá anexar e encaminhar via sistema eletrônico, no ato de credenciamento, uma Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público.(ANEXO IV)

6. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

6.1 A Proposta de Preços deverá ser anexada e encaminhada via sistema eletrônico, conforme o Formulário Padrão de Proposta (Anexo I), **redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem emendas, sem rasuras ou entrelinhas, devidamente datadas e assinadas na última folha e rubricadas nas demais pelo representante legal da licitante.**

6.1.1 Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, a licitante deverá encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, apresentando o valor global até a data e hora, descritos no preâmbulo deste Edital, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

6.1.2 O pregão eletrônico será conduzido pelo órgão ou entidade promotor da licitação, com apoio técnico e operacional da Secretaria de Estado de Gestão - SEGES/MT.

6.2 Na Proposta serão consignados, sob pena de desclassificação:

a) Identificação da proponente, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado), números de telefone, fax, e-mail, Banco, Agência, Conta Corrente, CNPJ e Inscrição Estadual ou Municipal e menção do número do Edital, nome do Órgão e número para o Lote;

- b) Todas as despesas com transportes, instalação, impostos, taxas ou quaisquer outros encargos, inclusive carga e descarga dos materiais/serviços;
- c) Valor total do lote também deverá estar expreso por extenso;
- d) Conter uma única cotação, com preço unitário e total em moeda corrente nacional, sendo o total expreso em algarismos e, também, por extenso, sem previsão inflacionária;
- e) Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último;
- f) Especificação com detalhamento claro e preciso para cada item, indicando todos os elementos que identifiquem perfeitamente o PRODUTO; inclusive sua marca e modelo;
- g) Prazo mínimo de validade da proposta 60 (sessenta) dias, a contar da data da realização do certame, podendo ser prorrogado por igual período;
- h) Oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

i) Catálogo/folders/portfólio descritivo do produto licitado, o qual deverá conter no mínimo as especificações constantes nos Anexos deste Edital, com apresentação nítida e legível.

i.1) Somente será considerado válido o catálogo/folders/portfólio, desde que este possibilite a averiguação completa da descrição do objeto e conste a origem do *site* oficial do fabricante, e que informe a "FONTE" (endereço completo <http://www.fabricantex.com/produtox>) do respectivo documento, possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto.

i.2) Ficam vedadas quaisquer transformações, montagens ou adaptações na especificação original do catálogo/folders/portfólio ofertado. No caso de catálogo/folders/portfólio com diversos modelos, o proponente deverá identificar qual a marca/modelo em que estará concorrendo na licitação.

i.3) Quando o catálogo/folders/portfólio for omissivo na descrição de algum item de composição, será aceita Declaração Complementar do Fabricante ou Distribuidor, descrevendo a especificação faltante no prospecto. Contendo, inclusive, a afirmação do compromisso de entrega do produto na forma ora declarada, sob pena de desclassificação da proposta escrita. Ficando ressalvado que a descrição a ser ofertada deverá ser o do objeto ofertado, não podendo ser cópia fiel do contido no presente Edital, salvo se este corresponder em sua integralidade às especificações requisitadas.

6.3 A Empresa proponente deverá apresentar proposta da totalidade do Lote.

6.4 Para efeito de julgamento das propostas, nenhuma oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus anexos serão considerados.

6.5 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6 A Pregoeira poderá, no interesse da SEMA/MT, relevar excesso de formalismo nas propostas apresentadas pelos licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.

6.7 A participação no pregão eletrônico ocorrerá mediante digitação de senha privativa do licitante.

6.8 Até a data e hora estipulada no preâmbulo deste Edital, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

6.9 O licitante responsabilizar-se-á inteiramente por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes as propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

6.10 O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.11 A microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que quiser usufruir dos benefícios concedidos pela LC 123/2006 deverá identificar-se no sistema, antes do envio da proposta.

6.12 O licitante responsabilizará por declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitando às sanções previstas no Decreto Federal n. 5.450/05.

6.13 As licitantes convocadas pelo Sr(a) Pregoeiro(a) deverão enviar a Proposta de Preços atualizada e os documentos em original ou cópia autenticada.

6.14 A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.15 A documentação solicitada para participação deste pregão deverá ser **anexada ao sistema** conforme o tipo de documento (documentos de proposta de preços - **item 6** do edital) - Anexo "de propostas" e documentos de habilitação (**item 9** do edital) - Anexo "da habilitação"). A inversão de documentos anexados ao sistema implica em desclassificação/inabilitação da licitante.

6.16 Todas as declarações exigidas na proposta de preços deverão estar devidamente assinadas pelo responsável legal da empresa, sob pena de desclassificação do certame.

6.17 Quando se tratar de cooperativa de serviço, o licitante deverá constar na proposta, o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24.07.91, com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99, também referido no art. 72 da Instrução Normativa/RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009 (DOU 17.11.2009).

6.18 O licitante que for beneficiado pela Isenção do ICMS, conforme Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso editado em conformidade com o Convênio ICMS nº 73/04, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária DEVERÁ considerar no preço proposto o desconto equivalente ao imposto dispensado, conforme modelo constante na PROPOSTA DE PREÇOS.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de três dias úteis antes da data de realização do pregão.

7.2 Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

7.3 A partir do horário previsto no edital terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preço recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas, sendo acolhidas àquelas propostas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço, desde que atendam ao edital.

7.3.1 Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro acolherá as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances.

7.4 Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.6. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.7 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.8 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

7.9 A etapa de lances da sessão pública, prevista em edital, será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de **até trinta minutos**, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.10 No caso do item anterior, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

7.11 O pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.12 Como requisito para a celebração do **acordo**, o vencedor deverá apresentar o documento original ou cópia autenticada, em até **48 (quarenta e oito) horas** após encerramento da sessão.

7.13 Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios.

7.14 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de Ata divulgada no sistema eletrônico.

7.15 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências editalícias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

7.15.1 Na situação a que se refere este subitem, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.16 A adjudicação do objeto da licitação será realizada quando houver ocorrido o atendimento das exigências fixadas no edital.

7.17 A proposta atualizada, devidamente assinada, e a documentação relativa à exigência habilitatória deverão ser encaminhadas/postadas ao Pregoeiro **em prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas**, contado a partir da finalização da sessão.

7.18 A proposta atualizada e a documentação ficarão à disposição de interessados na licitação, para que no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contados da publicação do resultado, promovam solicitação de providência que o caso requerer.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1 Os licitantes deverão **anexar e enviar em lote**, em campo próprio via sistema eletrônico, sob pena de inabilitação, os documentos de habilitação abaixo relacionados, observando-se que deverão ser encaminhados os originais, ou cópias autenticadas, ou em publicação da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro, no **prazo de até 48 (quarenta e oito) horas** do encerramento da sessão.

8.2 Os documentos de habilitação, para **EMPRESAS CADASTRADAS**, que deverão ser apresentados na sessão pública são os seguintes:

a) Certificado de Inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado – CGF/MT.

b) Ato constitutivo da empresa, **acompanhado de todas as alterações ou a última alteração consolidada devidamente registrado**, devidamente registrado, sendo dispensado neste momento caso já tenha sido entregue no momento do credenciamento.

c) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (conforme **Anexo II**);

d) Declaração da própria empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (conforme modelo - **Anexo II**)

e) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do §2º, do Art. 32 da Lei nº 8.666/93. (conforme **anexo II**);

e.1) No caso de microempresa, empresa de pequeno porte e sociedades cooperativas que, nos termos da LC nº. 123/2006 e suas alterações, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva na supracitada declaração, sendo que será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização referente a restrição em documentos de regularidade fiscal.

f) As microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, com renda bruta DETERMINADA NOS INCISOS I OU II DO ARTIGO 3, DA LC 123/2006

cadastradas no CGFMT, deverão apresentar também, para ter direito aos benefícios constantes na lei complementa 123/2006 e decreto nº 635/2007:

f.1) quando **optante** pelo SIMPLES nacional:

f.1.1) Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

f.1.2) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº. 123/06, conforme **Anexo III** deste Edital.

f.1.3) Declaração de imposto de renda.

f.2) quando **não optante** pelo SIMPLES nacional:

f.2.1) Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovado ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos I e II do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06;

f.2.1.1) **As empresas que utilizam a escrituração contábil digital (ECD) deverão apresentar o Balanço Patrimonial, do último exercício social exigível, acompanhado dos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED com status “Autenticado” acompanhado do termo de autenticação da Junta Comercial), e Recibo de entrega de livro digital junto à Receita Federal;**

f.2.2) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, conforme **Anexo III** do Edital.

g) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, compatíveis com o objeto desta licitação.

h.1) No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório, **caso não seja reconhecida a firma em cartório, o pregoeiro reserva-se o direito de efetuar diligência para verificar autenticidade do documento, e só depois exarar a decisão quanto a habilitação ou inabilitação.**

h.2) O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, e-mail, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

i) Cédula de identidade e CPF do responsável pela empresa, sendo dispensado neste momento caso já tenha sido entregue no momento do credenciamento.

8.3 As MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E SOCIEDADES COOPERATIVAS, COM RENDA BRUTA DETERMINADA NOS INCISOS I OU II DO ARTIGO 3, DA LC 123/2006 licitantes **NÃO CADASTRADAS** deverão apresentar na sessão pública os seguintes documentos de habilitação, em plena validade, sob pena de inabilitação:

8.3.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Ato constitutivo da empresa, devidamente registrado, sendo dispensado neste momento caso já tenha sido entregue no momento do credenciamento;

a.1) **No caso de sociedades cooperativas**, ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede;

b) Cédula de identidade e CPF do responsável pela empresa, sendo dispensado neste momento caso já tenha sido entregue no momento do credenciamento.

8.3.2 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica CNPJ, podendo ser retiradas no site: www.receita.fazenda.gov.br;

b) Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Previdenciária, a mesma poderá ser retirada no site: www.receita.fazenda.gov.br;

b.1) Poderão ser apresentadas de forma separada as respectivas certidões descritas na alínea acima, desde que ambas estejam dentro do período de validade nelas indicados. Se uma das certidões estiver vencida, o licitante deverá apresentar a certidão de forma conjunta como descrita na alínea "b".

c) Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual (CND) específica para participar de licitações, onde a mesma poderá ser retirada no site: www.sefaz.mt.gov.br, para empresas sediadas no Estado de Mato Grosso, e para as empresas sediadas em outras Unidades da Federação trazer a certidão do respectivo órgão expedidor;

d) Certidão Negativa de Débito de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário;

d.1) Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões descritas nas alíneas c" e "d", de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante, sendo que será necessária a comprovação da possibilidade legal de emissão conjunta, anexando cópia da legislação vigente.

e) Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário;

f) Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, podendo ser retirada no site: www.caixa.gov.br;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho, provando a inexistência de débitos inadimplidos, nos termos da Lei n. 12.440/2011, que alterou o Decreto-Lei n. 5.452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho) e a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações).

8.3.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência e/ou recuperação judicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial, expedida pelo domicílio da pessoa física, que tenha sido expedida até 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura da licitação, **exceto** para as cooperativas de acordo com o que determina o artigo 4º da Lei nº. 5.764/71;

8.3.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, compatíveis com o objeto desta licitação.

a.1) No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório, **caso não seja reconhecida a firma em cartório, o pregoeiro reserva-se o direito de efetuar diligência para verificar autenticidade do documento, e só depois exarar a decisão quanto a habilitação ou inabilitação.**

a.2) O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, e-mail, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

8.3.5 DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

8.3.5.1 As **cooperativas** ainda terão de apresentar registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, de acordo com o que determina o artigo 107, da Lei 5.764/71;

8.3.5.2 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (**Anexo II**).

8.3.5.3 No caso de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que, nos termos da LC nº. 123/2006 e suas alterações, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva na supracitada declaração, sendo que será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização referente a restrição em documentos de regularidade fiscal.

8.3.5.4 Declaração que não possui em seu quadro de empregados menores de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo - **Anexo II**).

8.3.5.5 Declaração da própria empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (conforme modelo - **Anexo II**);

8.3.5.6 quando **optante** pelo SIMPLES nacional:

8.3.5.6.1 Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

8.3.5.6.2 Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº. 123/06, conforme **Anexo III** deste Edital.

8.3.5.6.3 Declaração de imposto de renda.

8.3.5.7 quando **não optante** pelo SIMPLES nacional:

8.3.5.7.1 Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovado ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos I e II do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06;

8.3.5.7.1.1 **As empresas que utilizam a escrituração contábil digital (ECD)** deverão apresentar o Balanço Patrimonial, do último exercício social exigível, acompanhado dos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED com status “Autenticado” acompanhado do termo de autenticação da Junta Comercial), e Recibo de entrega de livro digital junto à Receita Federal;

8.3.5.7.2 Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, conforme **Anexo III** do Edital.

8.4 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, salientando que:

a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;

b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

c) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

d) Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante.

8.5 Não serão aceitos protocolos de entrega, solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

8.6 Poderá o Pregoeiro declarar qualquer fato formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida, cabendo, inclusive, estabelecer um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para a solução.

8.7 Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão, salvo as situações que ensejarem a aplicação da Lei Complementar 123/2006 e do Decreto Estadual nº 635/2007.

8.8 O pregoeiro poderá habilitar mais de 1 (um) licitante por **lote**, desde que devidamente classificado para a etapa de lances e sem preterição da ordem classificatória, na forma do artigo 36, parágrafo 4º do Decreto Estadual nº 7.217 de 14 de março de 2006.

8.9 Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste edital, o licitante – 1º classificado – será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

9. DOS RECURSOS

9.1. O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se, expondo os motivos em **campo próprio do Sistema Eletrônico, no Prazo de 15 (quinze) minutos**, contados da declaração de vencedor. Após a manifestação no sistema, será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso**, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1.1 As petições deverão ser encaminhadas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social, nº do processo, nº do pregão e telefone para contato).

9.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

9.3 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

9.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

9.6 Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da Coordenadoria de Aquisições e Contratos da SEMA/MT.

9.7 Não serão aceitos recursos interpostos por meio de fac-símile e similares ou cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo ou por pessoa inabilitada para representar a empresa recorrente.

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 A adjudicação do objeto ao licitante vencedor será feita pelo Pregoeiro, e ficará sujeita à homologação da autoridade competente.

10.2 Para fins de homologação, o proponente vencedor fica obrigado a apresentar nova proposta readequada acompanhada de planilha de preços, custos e insumos detalhada com base no valor ofertado na etapa de lances verbais, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, contados da sessão pública do Pregão, com valores correspondentes à adjudicação, a qual substituirá a original, como parte integrante do contrato, sob pena de convocação do segundo colocado.

10.3 Se o licitante não apresentar proposta atualizada no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, poderá o pregoeiro desclassificá-la e examinar as ofertas subsequentes, bem como a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

10.3.1 Nas hipóteses acima, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à licitante advertência, multas, suspensão ou declará-la inidônea, sendo informado à Secretaria de Estado de Gestão, para providência quanto ao registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado.

11. DA ORDEM DE FORNECIMENTO

11.1 Homologada licitação pela Autoridade Competente, será emitida ordem de fornecimento a empresa adjudicatária, contendo as seguintes informações:

11.1.1. O objeto da presente aquisição;

11.1.2. A ordem de fornecimento em questão substitui o contrato, aplicando-se a relação de negócios nela estabelecidos, no que couberem, as disposições das Leis nº 10.520/2002 e 8666/93;

11.1.3. Sem prejuízo das demais penalidades previstas nas leis supramencionadas, a contratada/adjudicatária, por descumprimento das obrigações assumidas estará sujeita a todas as sanções previstas no edital do pregão eletrônico;

11.1.4 A entrega dos produtos será única, e ocorrerá em até **05 (cinco) dias corridos**, a contar do recebimento da ordem de fornecimento dos produtos, na Gerência de Patrimônio, acompanhado pelo fiscal.

11.4.1 Após a entrega a Gerência de Patrimônio, esta gerência e o fiscal, darão conformidade ou solicitarão as substituições necessárias imediatamente. Caso a

conformidade não puder ocorrer dentro deste prazo, as unidades deverão cominicar formalmente ao fornecedor a prorrogação do prazo estabelecido.

11.1.5 Obrigações da SEMA:

11.1.5.1 Acompanhar, fiscalizar, supervisionar, gerir e conferir a entrega dos produtos;

11.1.5.2 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações do edital, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da ADJUDICATÁRIA às dependências da SEMA;

11.1.5.3 Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas no presente edital;

11.1.5.4 Comunicar à ADJUDICATÁRIA sobre possíveis irregularidades observadas na entrega dos produtos para ciência, providências cabíveis e imediata correção;

11.1.5.5 Receber os produtos entregues pela ADJUDICATÁRIA, desde que estejam em conformidade com o objeto contratado;

11.1.5.6 Devolver com a devida justificativa, qualquer produto e/ou serviços entregue fora dos padrões e normas constantes da proposta da ADJUDICATÁRIA;

11.1.5.7 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela ADJUDICATÁRIA.

11.1.5.8 Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) material(is) entregues fora das especificações do Edital.

11.1.5.9 Não serão aceitos produtos divergentes quanto à marca, ao modelo e às especificações informadas na proposta de preços da empresa vencedora.

11.1.5.10 Atestar, por fiscal designado neste termo, recebimento dos produtos entregues de acordo com a quantidade e especificações contidas neste termo de referência.

11.1.5.11 Notificar ao ADJUDICATÁRIO sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos equipamentos para que sejam adotadas as medidas necessárias para a correção dos problemas ou substituição no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da data da entrega da Ordem de Fornecimento ou durante o período de garantia dos equipamentos.

11.1.4.4 As demais obrigações contratuais serão conforme a legislação vigente.

11.1.6. Da Adjudicatária:

11.1.6.1 Efetuar a entrega dos equipamentos, de acordo com a legislação vigente, e as especificações constantes no anexo I deste edital, dentro do prazo estipulado no item 11.1.4 ;

11.1.6.2 Providenciar a substituição, no prazo de 10 (dez) dias úteis, dos equipamentos que apresentarem defeito estando em garantia, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação vigente, bem como substituir os equipamentos que apresentarem defeito mais de uma vez durante o período de garantia;

11.1.6.3 Efetuar a substituição de forma rápida, eficaz e eficiente, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE;

11.1.6.4 Será responsável pelo fornecimento dos bens dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8.078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor a SEMA/MT;

11.1.6.5 Efetuar o transporte dos insumos desde o local da embalagem até a sua entrega.

11.1.6.6 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da Licitação.

11.1.6.7 Manter, durante toda a entrega dos itens/lotos as mesmas condições de habilitação exigidas durante a licitação.

11.1.6.8 Efetuar toda e qualquer correção imediata para a eficaz entrega dos materiais, objeto da licitação, sem qualquer ônus para a adquirente.

11.1.6.9 Atender todas as obrigações constantes na lei 8.666/93 e Dec. Est. 7.217 e alterações Decreto Estadual n.º 218 de 14/03/06.

11.1.6.10 Comunicar o fiscal, a data e hora da entrega dos bens.

11.1.6.11 Entregar, juntamente com os equipamentos, todas as mídias de instalação originais e/ou de recuperação contendo drivers, programas de instalação e documentação, bem como documentos impressos (contrato de licenciamento de usuário final e certificado de autenticidade) que comprovem o seu licenciamento em nome da Superintendência de Educação Ambiental;

11.1.6.12 Cumprir o prazo de notificação para reparos ou substituição sem quaisquer ônus para a contratante, no total ou em parte, dos produtos fornecidos. As demais obrigações contratuais serão conforme a legislação vigente

11.1.7 O responsável pelo recebimento da entrega (fiscal do contrato) fará a conferência dos produtos, não recebendo por haver acessórios faltantes dos produtos ou não condizentes com a quantidade especificada na ordem de fornecimento ou constando avarias, será lavrado respectivo Termo de Recusa pela COORDEADORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Após conferência, os produtos serão recebidos pela Gerência de Patrimônio Mobiliário para o registro patrimonial dos bens e despachados para o setor demandante.

11.2. A empresa adjudicatária deverá comparecer para retirar a ordem de fornecimentos, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da data da convocação. Caso a adjudicatária seja um empresa estrangeira, este prazo poderá ser adiado até 15 (quinze) dias.

11.3. Na hipótese de a empresa adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar o **Contrato e/ou retirar a Ordem de fornecimento**, bem como não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação, conforme preceitua o art. 4º, inciso XVI e XXIII, da Lei nº. 10.520/02, nesse caso o Pregoeiro convocará o segundo licitante e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis observados o disposto no artigo 7º da mesma lei.

11.4 Pela inexecução total ou parcial do avençado através da ordem de fornecimento, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA as sanções de que tratam os artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, além da multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da fatura, por dia em que, sem justa causa, a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste Pregão Eletrônico, até o máximo de 10 (dez) dias corridos, quando, então incidirá em outras cominações legais.

12. DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado, após o atesto pelo fiscal, Gerência de Patrimônio comprovando que o objeto foi efetivamente entregue, em consonância com o este edital, para efetivação do pagamento, o qual deverá obedecer aos termos do artigo 37, § 2º do Decreto 11/2015, bem como em conformidade com o Decreto Estadual nº 8.199/2006 e Decreto Estadual nº 7.217/2006.

12.2 O pagamento será efetivado por meio de Nota de Ordem Bancária, em nome da CONTRATADA / ADJUDICATÁRIA na data fixada de acordo com o artigo 37, § 2º do Decreto 11/2015, bem como em conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006, Decreto Estadual nº 7.217/2006.

12.3 A licitante vencedora indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, bem como o número do contrato, descrição detalhada do objeto entregue/serviço prestado e dados da ordem de serviço, dados do convênio conforme página 1, deste edital.

12.3.1 Caso constatado alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta deverá ser devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

12.4 Junto com as Notas Fiscais a licitante vencedora deverá **obrigatoriamente apresentar** Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento.

12.5 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da licitante vencedora.

12.6 Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

12.7 As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de ESTADO DE MATO GROSSO, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues na **Gerência de Patrimônio, entre 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 15:00 horas, de segunda a sexta-feira**, para serem devidamente atestadas pelo fiscal.

12.8 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

12.9 A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas ao Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c Artigo 138 do Decreto 7.217/2006 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93).

13.1 O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a adjudicatária a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, na forma seguinte:

13.1.1 Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

- a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);
- b) partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

13.1.2 Quanto ao atraso na retirada da **ordem de fornecimento**, quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:

- a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);

b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

13.1.3. Se a licitante/adjudicatária **recusar-se a retirar a nota de empenho, receber a Ordem de fornecimento**, injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura do mesmo, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

a) **Multa** de até 10% sobre o valor adjudicado;

b) **Suspensão** temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a SEMA, por prazo de até 5 (cinco) anos, e;

c) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a adjudicatária ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

13.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a SEMA poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à adjudicatária multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

13.3 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

13.3.1 Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

13.3.2 Retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

13.3.3 Paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

13.3.4 Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

13.3.5 Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

13.3.6 Prestação de serviço de baixa qualidade;

13.4 A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no item 13.1.3.

13.5 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato/**ordem de fornecimento**, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

13.6 A multa, eventualmente imposta à adjudicatária, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês. Caso a adjudicatária não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a SEMA proceder a cobrança judicial da multa.

13.7 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SEMA.

13.8 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO, por meio da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária: 27101
Programa: 393
Projeto/Atividade: 4330
Região: 9900
Medida: 5
Tarefa: 1
Natureza da despesa: 4490
Fonte: 361
UG: 02

14.2 As despesas decorrentes do objeto desta Licitação, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do mesmo.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de **diligência destinada a esclarecer ou complementar** a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

15.2 A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

15.2.1 A anulação do procedimento induz a do contrato/da ordem de **fornecimento**.

15.2.2 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato/ ordem de **fornecimento**.

15.3 A licitante fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de acordo com o disposto no artigo 65, § 1º da lei nº 8.666/93.

15.4 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA/MT** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.5 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

15.6 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, sujeitando-se as penalidades previstas no **item 13.1.1** do presente edital, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

15.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

15.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA/MT**.

15.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

15.10 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato/ordem de fornecimento.

15.11 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Cuiabá-MT, com exclusão de qualquer outro.

15.12 Qualquer pedido de esclarecimentos, em relação ao presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado Via Protocolo na SEMA, ou correios, via Sedex, ou ainda por meio do endereço eletrônico licitacao1@sema.mt.gov.br, endereçado a Comissão de Licitação da SEMA, **até 03 (três) dias úteis** antes da data da abertura do Pregão sob pena de não conhecimento.

15.12.1 Os esclarecimentos estarão disponíveis aos interessados no site da SEMA/MT (http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=803&Itemid=718) e no site da SEGES (<https://aquisicoes.sad.mt.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/central/EditalPageList.jsp>), sendo de responsabilidade do licitante estar atento aos mesmos e a quaisquer alterações no Edital, não podendo alegar disto desconhecimento.

15.13 A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.

15.14 Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto no 7.217/2006.

15.15 Havendo alterações no instrumento convocatório, as mesmas serão aplicadas também às minutas de contrato/ordem de fornecimento.

15.16 São partes integrantes deste Edital:

a) Anexo I – Formulário Padrão de Proposta.

b) Anexo II – Modelo da Declaração de:

- Inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

- Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, de perigo ou insalubre, nem menor de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em conformidade a Lei Federal nº 9.854/02.

- Que não possui em seu quadro servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).

c) Anexo III - Requerimento de benefício de ME, EPP ou Sociedade Cooperativa.

d) Anexo IV - Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público.

e) Anexo V - Termos de Referência nº. 22/2015 elaborado pelo setor demandante.

f) Anexo VI – Ordem de Fornecimento

Cuiabá, 03 de junho de 2016.

Valdinei Valério da Silva
Ordenador de despesas
Secretário Adjunto de Administração Sistêmica
SEMA/MT



ANEXO I

FORMULÁRIO PADRÃO DE PROPOSTA

Pregão nº 000/2016 DIA ____/____/____ ÀS ____:____ HORAS.

Razão Social: _____ CNPJ nº: _____

Endereço: _____

Fone: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Agência: _____ Conta Corrente: _____ Banco: _____

LOTE 1

ITEM	ESPECIFICAÇÃO OBJETO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	MICROFONE DE CORPO METÁLICO, NIQUELADO NA COR CHAMPAGNE; GLOBO DE AÇO; CABO COAXIAL LINDADO E BALANCEADO, COM CABO DE 05M (CINCO METROS); COM CHAVE ON/OFF NO CORPO; CÁPSULA DINÂMICA1026308; RESPOSTA DE FREQUÊNCIA DE 50 HZ A 15 KHZ; IMPEDÂNCIA DE ALTA E BAIXA SENSIBILIDADE A 1 KHZ BAIXA 60 DB; ALTA: 55 DB; CONECTOR P-10. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO; MANUAL TÉCNICO EM PORTUGUÊS; O FABRICANTE DO EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR ASSISTÊNCIA TÉCNICA, INCLUINDO REPOSIÇÃO DE PEÇAS, EM CUIABÁ E/OU VÁRZEA GRANDE E EM OUTRAS LOCALIDADES DO ESTADO DE MATO GROSSO. UNIDADE.	6		
02	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 75 W RMS, ALTO-FALANTES, CHAVE LIGA/DESLIGA, EQUALIZADOR DE NO MÍNIMO 2 VIAS (GRAVES E AGUDOS), 3 CANAIS INDEPENDENTES, ALIMENTAÇÃO 127/220V. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. UNIDADE.	3		
	TOTAL			

Obs.: O valor estimado pela Secretaria de Estado de Gestão para LOTE 1 é de R\$ 3.547,86 (três mil quinhentos e quarenta e sete reais e oitenta e seis centavos), de acordo com o art. 9º do Decreto Estadual nº 7.217/2006.

LOTE 2

ITEM	ESPECIFICAÇÃO OBJETO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CÂMERA DIGITAL COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: GRAVAÇÃO DE ÁUDIO	3		

	E VÍDEO; FLASH EMBUTIDO; SENSOR DE IMAGEM DE, NO MÍNIMO, 16 MEGAPIXELS; MONITOR LCD COM, NO MÍNIMO, 2,7 POLEGADAS; ZOOM ÓPTICO DE, NO MÍNIMO, 4X; COMPATIBILIDADE COM CARTÕES DE MEMÓRIA DO TIPO SD E SDHC; ACOMPANHA BATERIA, CARREGADOR DE BATERIA, CARTÃO DE MEMÓRIA DE, NO MÍNIMO, 8 GB COMPATÍVEL COM A CÂMERA. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. UNIDADE.			
	TOTAL			

Obs.: O valor estimado pela Secretaria de Estado de Gestão para LOTE 2 é de R\$ 1.065,90 (um mil e sessenta e cinco reais e noventa centavos), de acordo com o art. 9º do Decreto Estadual nº 7.217/2006.

O licitante que for beneficiado pela Isenção do ICMS, conforme Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso editado em conformidade com o Convênio ICMS nº 73/04, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária DEVERÁ considerar no preço proposto o desconto equivalente ao imposto dispensado, conforme modelo constante na PROPOSTA DE PREÇOS;

O Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso encontra-se disponível no “site” da SEFAZ: www.sefaz.mt.gov.br - Portal da Legislação SEFAZ.

Em caso de dúvidas ou para fins de esclarecimentos relativos aos procedimentos necessários para obtenção dos créditos decorrentes do **Convênio ICMS nº 73/04** o licitante deverá entrar em contato no Plantão Fiscal da SEFAZ pelo telefone (65) 3617-2700.

Validade da Proposta: _____

Local e Data: _____

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Papel timbrado da empresa)

Ref.: Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000/2016 – SEMA/MT

(Nome da Empresa) _____, CNPJ Nº _____, sediada na Rua _____, nº ____, bairro, _____, CEP _____ Município, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão 000/2016/SEMA, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui existência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, salvo se declarado;
- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8.666/93, com redação determinada pela Lei nº 9.854/99;
- Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).

(Local e Data)

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



ANEXO III

MODELO DE REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DE ME/EPP/COOP.

REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº 123/2006) E SOCIEDADES COOPERATIVAS.

Solicitamos na condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE/SOCIEDADE COOPERATIVA, que na participação no PREGÃO Nº 000/2016/SEMA/MT, seja dado o tratamento diferenciado concedido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

Declaramos que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Como prova da referida condição, apresentamos o seguinte documento anexo (assinalar o documento que apresentou junto com o requerimento):

() Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br);

() CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial, na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

() Declaração do último Imposto de Renda ou balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Local e Data

(Identificação e assinatura do Representante Legal)



ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA
DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO**

(Papel Timbrado da Empresa)

À
A/C

Assunto: Declaração Negativa de Inidoneidade e
Ausência de Fato Impeditivo para Licitar com o
Poder Público.

Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa _____ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos do parágrafo 2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 9.648/98.

(Data, Nome e assinatura do responsável legal pela empresa) por representante legal do proponente.



ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA



1. TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO nº 22/2015

2. Dados do Projeto / Convênio ou Instrumento Equivalente:

2.1 Nome do Projeto: Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar e Implementação de Projetos Comunitário de Educação Ambiental
2.2 Número do Convênio ou Instrumento Equivalente: MMA/FNMA 006/2014/ CONVÊNIO NO SICONV - 801789/2014; Processo nº 02000.00656/2014-61
2.3 Meta / Etapa: 1/E
2.4 Componente / Ação: 2950
2.5 SICONV: (X) Sim () Não

3. Unidade Orçamentária: 27101

3.1 Programa: 323
3.2 Unidade Gestora: 02
3.3 Região: 9900
3.4 Medida: 4
3.5 Tarefa: 1

4. Classificação da Despesa:

(X) Materiais Permanentes
() Materiais de Consumo ou Expediente
() Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
() Serviços de Terceiros Pessoa Física
() Obras
() Reformas
() Outros

5. Unidade Demandante do TR:
Superintendência de Educação Ambiental - SUEA

6. Unidade Solicitante / Recebedora:
Coordenadoria de Educação Ambiental - CEA

7. Fiscal do Contrato:

7.1 Fiscal Titular: Rooney Pinheiro de Amorim
7.2 Fiscal Substituto: Enil Feguri Lopes

8. Projeto/Atividade/Ação, Fonte, Elemento de Despesa e Subelemento, Valor Estimado:

Projeto/Atividade/Ação	Fonte	Região	Elemento de Despesa	Valor (R\$)
2950	361	9900	44.90.52.14	17.100,00
2950	361	9900	4.4.90.52.18	7.530,00
Custo Estimado 2015				24.630,00
Custo Estimado Total				24.630,00

8.1 Origem do recurso: FNMA

(X) Recurso de Repasse
() Recurso de Contrapartida
() Recurso de Rendimento de Aplicação

9. Objeto Sintético:

Aquisição de materiais permanentes (filmadora, Microfone, Caixa de Som, Câmera Digital) (colocar os itens dentro do parêntese) e equipamentos de informática (Data Show, Notebook, Impressora) para subsidiar a execução de projeto de Formação de 180 Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura familiar.

10. Planilha Descritiva do Objeto:

10.1 Os campos abaixo serão preenchidos **SOMENTE** em caso de Prestação de SERVIÇOS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNID. DE MEDIDA	COD. SIAG	LOCAL PRESTAÇÃO	QTDD SERV.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL MENSAL	QTDD MESES	CUSTO MAXIMO TOTAL
------	-----------------------	-----------------	-----------	-----------------	------------	------------	--------------------	------------	--------------------



MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR



MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR

3	Caixa de som amplificada, com potência mínima de 75 w rms, alto-falantes, chave liga/desliga, equalizador de no mínimo 2 vias (graves e agudos), 3 canais independentes, alimentação 127/220v. Garantia mínima de 01 (um) ano. Unidade.	UN	1038504	Gerência de patrimônio Mobiliário	3	600,00	1.800,00
4	Câmera digital com as seguintes características mínimas: gravação de áudio e vídeo; flash embutido; sensor de imagem de, no mínimo, 16 megapixels; monitor led com, no mínimo, 2,7 polegadas; zoom óptico de, no mínimo, 4x; compatibilidade com cartões de memória do tipo sd e sdhc; acompanha bateria, carregador de bateria, cartão de memória de, no mínimo, 8 gb compatível com a câmera. Garantia mínima de 01 (um) ano. Unidade.	UN	1040691	Gerência de Patrimônio Mobiliário	3	750,00	2.250,00
						TOTAL	7.530,00

LOTE 02

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNID. DE MEDIDA	CODIGO SIAG	LOCAL DE ENTREGA	QTD D	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Data show (aprovado pelo cosint em outubro/2009) com tecnologia 3lcd, brilho: 2200 ansi lumens, 1750 ansi lumens (modo econômico), contraste: 2000:1; resolução svga (800x600), resolução suportada: vga, xga, sxga; métodos de projeção: teto/frontal/traseiro, aspecto 4:3 (suporta 16:9), lentes: tipo fixa - foco manual, f-n 1.44; foco 16.6mm, zoom 1.0 - 1.35 digital lâmpada tipo 170w uhe, 3000 h (alto brilho), vida útil 4000 h (baixo brilho), tela distancia tamanho 30" a 300" (polegadas), correção keys tone vertical +/- 30o horizontal - uniformidade de brilho 0,9, reprodução de cor 24 bit; 16.7 milhões; auto falante 1 w mono; dimensões (com lente) ? Pxlxa 24,5 x 32,7 x 9,2 cm peso 2,7 kg ruído	UN	1031485	Gerência de Patrimônio Mobiliário	3	2.000,00	6.000,00



MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR



MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR

	35 db (alto brilho) 28 db (baixo brilho) frequência pixel clock 13.5mhz a 108mhz horizontal 15khz a 69khz vertical 50hz a 85hz, conexões entrada vga (mini d-sub 15 pin) x 1, vídeo composto (1 rca) x 1, s-video (mini din 4 pin) x 1, vídeo componente (compartilhado com entrada vga) x 1 áudio (2 rca) x 1, usb tipo b x 1 (vídeo de computador), saída vga (mini d-sub 15 pin) x 1 - retorno para monitor, compatibilidade de vídeo ntsc / ntsc4.43 / pal-m / pal-n / pal-60 / secam / hdtv 480i, 480p, 720p, 1080i, resolução de vídeo 560 linhas (ntsc e pal), conexão para controle usb (tipo b) x 1, consumo 246 w, 3,0 w standby - 110v 231 w, 4,3 w standby - 220v, temperatura de operação 50 a 35oc, voltagem 110-220v +/- 10%, 50/60hz ac, controle remoto seleção entrada, power, modo de cor, volume, e - zoom, a/v mute, freeze, menu, help, auto, pg up / pg down, esc. E enter. Acondicionado conforme padrão do fabricante. Garantia total mínima de 01 (um) ano. Unidade.						
2	Notebook, (aprovado pela dgti - secopa, agosto/2013), características técnicas: notebook 4 gb 500gb dvd-rw webcam e saída hdmi led 14". Processador 4 núcleos, 3mb de memória cachê, memória ram 4 gb ddr3, hd 500gb sata, drives 8x dvd±r/rw, tela led widescreen de 14", placa de rede 10/100, alto falantes integrados, wireless, bluetooth, sistema operacional instalado 64 bits, bateria de íon de lítio de 6 células, conexões usb	UN	1051341	Gerência de Patrimônio Mobiliário	3	2.500,00	7.500,00



	2.0;1hdm;1vga (15-pin); voltagem: bivolt. Garantia mínima de 1 ano unidade.						
3	Impressora multifuncional laser colorida com impressão em rede e duplex; impressão e cópia de até 25ppm (em preto e em cores) - impressão duplex automática - resolução de até 2400x600 dpi - interface usb direta que permite imprimir ou digitalizar de ou para pen driver - interfaces ethernet e usb 2.0 de alta velocidade - capacidade de papel de 300 folhas - memória padrão de até 128 mb - script 3 - fax modem super g3 de até 33,6 kbps - digitalização colorida de alta qualidade.	UN	1056267	Gerência de Patrimônio Mobiliário	3	1.200,00	3.600,00
TOTAL							17.100,00

11. Especificações técnicas do bem e/ou descrição detalhada do serviço:
(Conforme item 10.2)

11.1 Do Cadastro da Especificação:

Cadastrado no SIAG?

(X) Sim.

() Não, porque

() Adesão à Ata de Registro de Preços.

12. Justificativa Técnica da aquisição:

A aquisição dos materiais permanentes se faz necessário para serem utilizados nas atividades definidas no Projeto Político Pedagógico para o cumprimento das etapas do Projeto Político Pedagógico. Essa equipe técnica estará desenvolvendo atividades nas etapas de mobilização, aplicação do curso de formação, como também nas fases de acompanhamento e avaliação de todo processo de execução dos trabalhos.

O projeto se estrutura pela lógica da metodologia de construção participativa, na ordem, primeira, Pesquisa-ação uma fase de investigação dos problemas cultural, social, econômico e ambiental, segunda, as alternativas agroecológicas e sistemas agroflorestais, terceira, Noções de Educomunicação Sócio Ambiental e Educomunicação Sócio Ambiental, quarta, Práticas Produtivas Sustentáveis e Tecnologia Social e quinta Soberania e Segurança Alimentar, sexta, Educação Ambiental.

Este projeto é de grande importância, pois pretende promover a compreensão da importância de se começar a pensar individualmente e coletivamente o processo de organizar nos territórios o uso ordenado dos recursos naturais a partir de aspectos teóricos e práticas pedagógicas que levem os agentes populares em formação à reflexão crítica sobre as relações de interdependência dos recursos naturais, solo, subsolo, água, cobertura vegetal e ar, sob pressão do uso e ocupação pelas famílias residentes no território do assentamento, proporcionando a elas a capacidade de identificar conflitos, prever solução elaborando projetos comunitários de educação ambiental e agricultura familiar baseada em práticas sustentáveis, bem como na elaboração de Planos de Campanhas Educativas e desenvolvimento/produção do material educativo voltados à sustentabilidade no meio rural, especificamente nos assentamentos Antônio Conselheiro (Tangara da Serra, Novo Olímpia e Barra



dos Bugres), Sadia I e II (Cáceres), Forquilha do Manso (Rosário Oeste), Santa Filomena da Baía do Campo (Poconé).

Portanto, torna imperativa a aquisição de material permanente para garantir a infraestrutura operacional do processo para o cumprimento das Etapas do Projeto Político Pedagógico.

13. Resultados Esperados Diretos e Indiretos:

Espera-se a formação de 180 Agentes Populares em Educação Ambiental e Agricultura Familiar, que formados agucem a percepção e compreensão sobre as relações de interdependências dos recursos naturais, solo, subsolo, água, cobertura vegetal e ar, sob pressão do uso e ocupação, pelas famílias residentes no território do assentamento proporcionando a eles a capacidade de identificar conflitos, prever solução elaborando projetos comunitários de educação ambiental e agricultura familiar baseada em práticas sustentáveis, bem como na elaboração de Planos de Campanhas Educativas e desenvolvimento/produção do material educativo voltados à sustentabilidade no meio rural. Uma vez que, a realidade desses assentamentos é de insustentabilidade pelo comprometimento do solo, subsolo, água e ar pela supressão da cobertura vegetal, torna-se imperativo a formação de Agentes Populares de Educação Ambiental e Agricultura Familiar pelo método de construção participativa para que possa torna-los sujeitos de mudança dessa realidade.

14. Público / Clientela Alvo:

Agricultores e familiares das comunidades definidas no projeto

15. Requisitos para apresentação da proposta:

15.1 Conhecimento Prévio do objeto:

15.1.1 Necessita de vistoria?

() Sim
(X) Não

15.1.2 Descrição dos detalhes da vistoria:

15.1.2.1 Como será realizada a vistoria (local etc)?

Não se aplica

15.1.2.2 Em até quantos dias antes da data da licitação a vistoria deverá ser feita?

Não se aplica

15.1.2.3 Qual profissional da SEMA acompanhará a vistoria?

Não se aplica

15.1.2.4 Necessita de agendamento?

() Sim
(X) Não

15.2 Perfil da Empresa a ser contratada:

Empresas de Informática ou Eletro Eletrônico

15.3 Perfil do Profissional a ser contratado:

Não se aplica.

15.4 Materiais informativos e/ou amostra a serem apresentados pela empresa:

(X) Folders / Catálogos / Portfólio
() Amostra do licitante vencedor
() Outro

15.4.1 – Critérios para avaliação da amostra:

Catálogos devidamente legendados com todos os itens do objeto,

15.5 Plano de Trabalho/Projeto Básico:

15.5.1 Metodologia de acompanhamento da execução dos serviços e/ou entrega do(s) material(is), pelo demandante:

O responsável pelo recebimento da entrega (fiscal do contrato) fará a conferência dos produtos juntamente com um servidor designado da Gerência de informática em se tratando do lote 2, não recebendo caso haja acessórios faltantes dos produtos ou não condizentes com a quantidade especificada na ordem de fornecimento ou constando avarias, sendo lavrado respectivo Termo de Recusa pela CEA. Após conferência, os produtos serão recebidos pela Gerência de Patrimônio Mobiliário para o registro patrimonial dos bens e despachados para o



setor demandante.

15.5.2 Descrição do Projeto:
Não se aplica.

15.5.3 Gerência das atividades (pela empresa contratada):
Não se aplica.

16. Entrega do bem e/ou realização do serviço:

16.1 Tipo / Prazo de Entrega:

(☒) Parcela única e imediata, em até 05 dias para entrega dos itens, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviço;

(☐) Sob demanda, conforme as necessidades da Contratante, em até [] dias para a entrega do(s) item(ns) e/ou para o início da execução do(s) serviço(s), contados a partir do recebimento da(s) Ordem(ns) de Fornecimento(s)/Serviço(s);

(☐) Mensal, em até XX dias para a entrega do(s) item(ns) e/ou para o início da execução dos serviços, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Fornecimento(s)/Serviço(s);

(☐) Outro: Detalhar a(s) data(s)/prazo(s), conforme previsto no cronograma de execução, que deverá estar anexo ao Termo de Referência.

16.2 Local, horário e endereço de entrega do bem/realização do serviço:

16.2.1 Local da entrega:

(☐) Gerência de Almoxarifado (Material de consumo).

(☒) Gerência de Patrimônio (Bens permanentes).

(☐) Outro: []

16.2.2 Horário de entrega: Das 8:00 às 12:00 das 14:00 às 15:00 horas

16.2.3 Endereço da entrega: Rua C, esquina com Rua F – Centro Político Administrativa/Palácio Paiaguas, CEP 78.050 - 970 S/N, Cuiabá/MT

16.3 Condições para recebimento (Provisório/Definitivo) – art. 73 e 74 da lei 8.666/93

(☒) **Provisório:** No ato do recebimento será emitido um termo de recebimento provisório para efeito de posterior verificação da conformidade do material/serviço com a especificação técnica. Assim, a unidade solicitante terá 05 dias para sua análise e, em aceitando o material/serviço, emitirá o recebimento definitivo do objeto.

Havendo necessidade de adequação e/ou substituição do objeto, estas deverão ser feitas, pelo contratado/fornecedor, no prazo máximo de 05 dias úteis, após o recebimento da solicitação, às suas expensas.

(☐) **Definitivo:** Após a verificação de que a qualidade/quantidade do objeto estão de acordo com as especificações técnicas e a proposta apresentada, a unidade solicitante deverá dar a conformidade definitiva emitindo um termo de recebimento definitivo do objeto.

Se, mesmo após o recebimento definitivo do objeto, a qualidade ou características do bem/material/serviço entregue não corresponderem às especificações exigidas no Termo de Referência, as adequações/substituições necessárias deverão ser feitas, pelo contratado/fornecedor, no prazo máximo de até [] dias úteis, a partir do recebimento da solicitação, às suas expensas, independentemente da aplicação das sanções legais.

17 Vigência do contrato:

(☐) [] meses, a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial, para os casos de bem/material e ou prestação de serviços não contínuos.

(☐) [] meses, a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial, para os casos de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada, por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitado a 60 (sessenta) meses.

(☐) [] meses, a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial, para os casos de bem/material e



prestação de serviços não contínuos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o prazo final do suporte/assistência técnica vinculados à garantia do produto, sem desembolso financeiro para a Contratante.

(☒) Não se aplica, tendo em vista se tratar de entrega imediata de bem/material ou serviço, formalizado por meio de instrumento equivalente (Ordem de fornecimento/serviço) que não o contrato, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

18 Condições e forma de pagamento/cronograma financeiro:

18.1 Condições e forma de pagamento:

- (☐) Em parcelas, mediante a apresentação da Nota Fiscal e documentação de regularidade fiscal necessária e estabelecida em lei, conforme cronograma financeiro;
- (☒) Parcela única, mediante a apresentação da Nota Fiscal e documentação de regularidade fiscal necessária e estabelecida em lei, conforme cronograma financeiro;
- (☐) Sob demanda, conforme for ocorrendo a entrega do objeto.

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) por meio de ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, após a entrega total/parcial do objeto e apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato/objeto e pela Gerência de Patrimônio Mobiliário (Material Permanente) e Coordenadoria de Tecnologia da Informação (equipamentos lote 2), devendo, ainda, estar acompanhada dos documentos de regularidade exigidos legalmente, obedecendo aos prazos estabelecidos em lei e decretos vigentes.

18.2 Cronograma financeiro

CRONOGRAMA FINANCEIRO		
Previsão de realização de despesas e de desembolso financeiro		
Mês da realização da despesa	Mês do desembolso financeiro	Valor (R\$)
Agosto/2015	Setembro/2015	24.630,00
TOTAL		24.630,00

19. Obrigações das partes:

19.1 Da Contratante:

1-Atestar nota fiscal, por fiscal designado neste termo, do recebimento dos produtos entregues de acordo com a quantidade e especificações contidas neste termo de referência. 2- Notificar ao Contratado sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos equipamentos para que sejam adotadas as medidas necessárias para a correção dos problemas ou substituição no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data da entrega da Ordem de Fornecimento ou durante o período de garantia dos equipamentos. As demais obrigações contratuais serão conforme a legislação vigente.

19.2 Da Contratada:

1-Comunicar o setor demandante, a data e hora da entrega dos bens, 2-Fazer correções ou substituir o(s) produto(s) entregue(s) que não contiver todos os itens da especificação deste termo de referência ou que apresentar(em) defeito(s) em até 05(CINCO) dias, por outro(s) de igual modelo, ou superior(es), mantendo, no mínimo, as mesmas características dos originalmente fornecidos, inclusive mantendo o preço contratado; 3- Entregar, juntamente com os equipamentos, todas as mídias de instalação originais e/ou de recuperação contendo drivers, programas de instalação e documentação, bem como documentos impressos (contrato de licenciamento de usuário final e certificado de autenticidade) que comprovem o seu licenciamento em nome da Superintendência de Educação Ambiental; 4- Cumprir o prazo de notificação para reparos ou substituição sem quaisquer ônus para a contratante, no total ou em parte, dos produtos fornecidos. As demais obrigações contratuais serão conforme a legislação vigente.

20. Das Garantias:

20.1 - Garantia do objeto



Toda aquisição/contratação tem garantia legal (art. 26, Lei N° 8.078/1990), sendo 30 (trinta) dias para serviços e produtos não duráveis e 90 (noventa) dias para serviços e produtos duráveis.
Caso haja necessidade de garantia com prazo superior à legal, informar abaixo:

() Outro: Especificar.

20.2 – Contratual

() Contratual: a qual se limita a até 5% do valor contratado (por caução, seguro-garantia e fiança), conforme previsto no art. 56 da Lei 8.666/93.

(X) Não se aplica.

21. Das Sanções Administrativas:

Conforme legislação vigente.

22. Legislação aplicada ao objeto/Parecer específico se houver:

Conforme legislação vigente.

23. Considerações (se houver):

Sem considerações pertinentes.

Cuiabá/MT, 17 de Junho de 2015.

<p> Rooney Pinheiro de Amorim Analista de Meio Ambiente Responsável pela elaboração do TR</p> <p>Data: 17 // Junho // 2015.</p>	<p> Rooney Pinheiro de Amorim Analista de Meio Ambiente Responsável pela especificação técnica</p> <p>Data: 17 // Junho // 2015.</p>										
<p> Ariane Colombo Bez Birolo Coordenadora de Educação Ambiental SEMA-MT</p> <p>Data: 17 // Junho // 2015.</p>	<p> Vânia Márcia Mendonça Guedes César Superintendente de Educação Ambiental da SEMA-MT</p> <p>Data: 17 // Junho // 2015.</p>										
<p>Atestamos:</p> <table border="1"> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA</td> </tr> <tr> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> <td>Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>Não Possui Orçamentário</td> </tr> </table> <p> Técnico COR Data: 23/06/2015.</p> <p>Gerência de Execução Orçamentária</p>	<input type="checkbox"/>	Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA	<input checked="" type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação	<input type="checkbox"/>	Não Possui Orçamentário	<p>Atestamos:</p> <table border="1"> <tr> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> <td>Existência de Saldo Financeiro</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>Inexistência de Saldo Financeiro</td> </tr> </table> <p>Coordenadoria Financeira Data: 25/06/2015.</p> <p> Agneta Fátima Silva de Santans Analista Administrativo - Contadora Coordenadoria Financeira SEMA-MT</p>	<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Financeiro	<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Financeiro
<input type="checkbox"/>	Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA										
<input checked="" type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação										
<input type="checkbox"/>	Não Possui Orçamentário										
<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Financeiro										
<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Financeiro										



MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR



MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR

Data: ____ / ____ / 2015.							
 Coordenador de Orçamento Data: <u>23</u> / <u>06</u> / 2015.							
<table border="1"> <tr> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> <td>Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>Não autorizado</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>Aguarde</td> </tr> </table>		<input checked="" type="checkbox"/>	Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.	<input type="checkbox"/>	Não autorizado	<input type="checkbox"/>	Aguarde
<input checked="" type="checkbox"/>	Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.						
<input type="checkbox"/>	Não autorizado						
<input type="checkbox"/>	Aguarde						
 Ordenador de Despesa Data: <u>20</u> / <u>06</u> / 2015.							
 Benedito Nery Guarim Strobel Secretário Adjunto de Gestão Setor Técnico - SAC/S/SEMA							
Ramal do responsável pela elaboração do TR: (65) 8448 9651 ou 8450 2775							



CI nº018 /SUEA/SUEA /SEMA-MT.

Cuiabá, 04 de abril de 2016.

De: Superintendência de Educação Ambiental - SUEA
Para: Coordenadoria de Aquisições e Contratos - CAC

Assunto: Alteração Processo 298824/2015 - TR 22/2015

Senhora Coordenadora,

Solicitamos alteração no Processo 298824/2015 - TR 22/2015.

- Serão excluídos os itens: notebook e datashow. Para a aquisição destes itens, será protocolado novo termo de referência (TR), para adesão a ata (carona).
- Serão excluídos do processo de aquisição os itens: filmadora digital e impressora multifuncional.

Outrossim, informamos que serão mantidas nesse processo a aquisição de Caixa de Som, Microfone e Câmera Fotográfica conforme abaixo:

6. Informações Financeiras:

Projeto/Atividade/Ação	Fonte	Região	Elemento de Despesa	Valor (R\$)
2950	361	9900	449052	4.530,00
Custo Estimado 2016				4.530,00
Custo Estimado Total				4.530,00

8. Planilha Descritiva do Objeto:

8.2 Os campos abaixo serão preenchidos SOMENTE em caso de MATERIAIS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNID. DE MEDIDA	CÓDIGO SIAG	LOCAL DE ENTREGA	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	MICROFONE DE CORPO METÁLICO, NIQUELADO NA COR CHAMPAGNE, GLOBO DE AÇO; CABO COAXIAL LINDADO E BALANCEADO, COM CABO DE 05M (CINCO METROS); COM CHAVE ON/OFF NO CORPO; CÁPSULA DINÂMICA J026308, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA DE 50 HZ A 15 KHZ; IMPEDÂNCIA DE ALTA E BAIXA SENSIBILIDADE A 1 KHZ BAIXA 60 DB; ALTA: 55 DB; CONECTOR P-10. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO; MANUAL TÉCNICO EM PORTUGUÊS; O FABRICANTE DO EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR ASSISTÊNCIA TÉCNICA, INCLUINDO REPOSIÇÃO DE PEÇAS, EM CUIABÁ E/OU VÁRZEA GRANDE E EM OUTRAS LOCALIDADES DO ESTADO DE MATO GROSSO. UNIDADE.	UN	1009587	Gerência de Patrimônio	6	80,00	480,00
2	Caixa de som amplificada, com potência mínima de 75 w rms, alto-falantes, chave liga/desliga, equalizador de no mínimo 2 vias	UN	1038504	Gerência de patrimônio	3	600,00	1.800,00

SEMA/SUEA



MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR



MATO GROSSO. ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO.

WWW.MT.GOV.BR

	(graves e agudos). 3 canais independentes, alimentação 127/220v. Garantia mínima de 01 (um) ano. Unidade						
3	Câmera digital com as seguintes características mínimas: gravação de áudio e vídeo; flash embutido; sensor de imagem de, no mínimo, 16 megapixels; monitor lcd com, no mínimo, 2,7 polegadas; zoom óptico de, no mínimo, 4x; compatibilidade com cartões de memória do tipo sd e sdhc; acompanha bateria, carregador de bateria, cartão de memória de, no mínimo, 8 gb compatível com a câmera. Garantia mínima de 01 (um) ano. Unidade	UN	1040691	Gerência de Patrimônio	3	750,00	2.250,00

Atenciosamente,

VÂNIA MARCIA MONTALVÃO GUEDES CÉZAR
Superintendente de Educação Ambiental - SUEA



ANEXO VI

ORDEM DE FORNECIMENTO 000/2016				
Órgão requisitante: GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO				
Endereço: RUA "C" ESQUINA COM A RUA "F" - CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO				
NOME E NÚMERO DO CONVÊNIO: (PÁGINA 1 DO EDITAL)				
CNPJ: 03.507.415/0023-50		Inscr.: ISENT0	Fax: 3613-7270	
Cidade: CUIABÁ - MT		CEP: 78050-970	Fone: 3613-7308	
CONVÊNIO: FORMAÇÃO DE AGENTES POPULARES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AGRICULTURA FAMILIAR E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS COMUNITÁRIO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL/NÚMERO DO CONVÊNIO: MMA/FNMA 006/2014/ CONVÊNIO NO SICONV - 801789/2014; Processo nº 02000.00656/2014-61 (DEVE CONSTAR NA NOTA FISCAL)				
Unidade demandante:				
Fone:		E-mail:		
OBJETO:				
Fornecedor: / E-mail:				
Endereço:		Fone:	CEP:	
Cidade:		CNPJ/CPF:		
PROCESSO:				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1				
2				
TOTAL				
Cuiabá/MT, / /2016.				
Pedido de empenho:				
Empenho:				
Condições para recebimento:				
Enviado por:		Autorizado por:		
Local de Entrega: Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA – Rua "C" esquina com rua "F" - s/nº Palácio Palaguás – Centro Político Administrativo – Cep: 78050-970 – Cuiabá/MT, 65 3613-7278. Período , a partir das horas até as horas e das :00 horas às :00 horas, de segunda a sexta-feira.				